

Brasília, 19 de junho de 2026.

PRESENTES NO CNG:

PELA DIREÇÃO DA FASUBRA: 11 coordenadores(as)

PELA BASE: ASAV (2 delegados), SINTUFEJUF (3 delegadas/os), SINTUFRJ (7 delegadas/os), SISTAMS (4 delegadas/os), SINTET-UFU (5 delegadas/os), ASUFPEl (2 delegados), ASSUFMS (4 delegadas/os), SINTEST-RN (5 delegadas/os), ASSUFRGS (2 delegadas), SINTUFEPE-FEDERAL (6 delegadas/os), SINTUF-MT (4 delegadas/os), SINTUFPI (3 delegada), ASSUFBA (4 delegadas/os), SINDIFES-MG (3 delegadas/os), SINTUFEPE-RURAL (4 delegadas/os), SINTUFF (5 delegadas/os), SINTUFSC (5 delegadas/os), APTAFURG (2 delegadas/os), SINTUFAL (1 delegado), ASSUFOP (2 delegados), SINDTIFESPA (Delegadas/delegados), SINTUFABC (1 delegado), SINTUNIFESP (1 delegada), SINTEF-UFGD(1 delegada), SINTUFS (1 delegado), SINTUFES (2 delegados), SINTESAM (1 delegada)

82 DELEGADAS E DELEGADOS E 27 ENTIDADES.

ADESÃO À GREVE

MAPA DE ADESÃO À GREVE - 2026

Região	Entidade/Instituição	UF	Deflagrou Greve	Data de início
Norte	SINDTIFESPA			
	UFPA	PA	SIM	23 de fevereiro
	UFRA	PA	NÃO	-
	UFOPA	PA	SIM	23 de fevereiro
	UNIFESPA	PA	SIM	23 de fevereiro
	SINTESAM	AM	SIM	04 de março
	SINTEST/AC	AC	SIM	23 de fevereiro
	SINTUNIR	RO	-	
	SINTAD-TO			
	UFT	TO	-	-
	UFNT	TO	-	-
	SINSTAUFAP	AP	-	-

Nordeste	SINTESPB	PB	SIM	05 de março
	SINTESUF INTERPB	PB	SIM	-
	SINTUFCE			
	UFC	CE	NÃO	-
	UNILAB	CE	NÃO	-
	UFCA	CE	NÃO	-
	SINTUFEPE-RURAL			
	UFRPE	PE	SIM	02 de março
	UFAPE	PE	SIM	02 de março
	SINTUFEPE-FED	PE	SIM	23 de fevereiro
	ASSUFBA-SIND			
	UFBA	BA	SIM	05 de março
	UFRB	BA	SIM	03 de março
	UFOB	BA	-	-
	UNILAB	BA	-	-
	UFSB	BA	SIM	05 de março
	SINTUFAL	AL	SIM	27 de fevereiro
	SINTEST RN			
	UFRN	RN	SIM	23 de fevereiro
	UFERSA	RN	SIM	26 de fevereiro
	SINTUFS	SE	SIM	18 de março
	SINTEMA	MA	SIM	09 de março
	SINTUFPI			
	UFPI	PI	SIM	23 de fevereiro
	UFDPAr	PI	SIM	23 de fevereiro
	Centro Oeste	SINTUFMT		
UFMT		MT	SIM	13 de abril
UFR		MT	SIM	13 de abril
SISTA-MS		MS	SIM	16 de março
SINT-IFESGO				

	IFG	GO	NÃO	-
	IFGO	GO	NÃO	-
	UFG	GO	NÃO	-
	UFJ	GO	NÃO	-
	UFCAT	GO	NÃO	-
	SINTFUB	DF	NÃO	-
	SINTEF UFGD	MS	SIM	23 de fevereiro
Sudeste	SINTUFF	RJ	SIM	23 de fevereiro
	SINTUFRJ	RJ	SIM	09 de março
	ASUNIRIO	RJ	SIM	02 de março
	SINTUR-RJ	RJ	SIM	23 de fevereiro
	SINTUNIFESP	SP	SIM	23 de fevereiro
	SINTUFSCAR	SP	NÃO	-
	SINTUFES	ES	SIM	23 de fevereiro
	SINTUNIFEI	MG	-	-
	SINDIFES-MG			
	UFMG	MG	SIM	10 de março
	UFVJM	MG	SIM	10 de março
	CEFET-MG	MG	SIM	10 de março
	IFMG	MG	SIM	10 de março
	SINDUFLA	MG	NÃO	Retorno ao trabalho em 01 de junho
	ASAV-SINDIC	MG	SIM	23 de fevereiro
	SIND-ASSUFOP	MG	SIM	02 de março
	SINTET/UFU	MG	SIM	09 de março
	SINTUFEJUF			
	UFJ	MG	SIM	23 de fevereiro
	IF - SUDESTE	MG	SIM	23 de fevereiro
	SINDTTAE/UFTM	MG	SIM	23 de fevereiro
	SINT/UNIFAL	MG	NÃO	-
	SINDS-UFSJ	MG	SIM	24 de fevereiro
SINTUF ABC	SP	SIM	26 de fevereiro	

Sul	SINTUFSC	SC	SIM	07 de abril
	SINDITEST-PR			
	UFPR	PR	SIM	27 de fevereiro
	UTFPR	PR	SIM	27 de fevereiro
	UNILA	PR	SIM	27 de fevereiro
	ASUFPEL	RS	SIM	23 de fevereiro
	APTAFURG			
	FURG	RS	SIM	23 de fevereiro
	IFRS-R Gde	RS	SIM	23 de fevereiro
	ASSUFRGS			
	UFRGS	RS	SIM	23 de fevereiro
	IFRS	RS	SIM	23 de fevereiro
	UFCSPA	RS	SIM	23 de fevereiro
	ASSUFSM	RS	SIM	23 de fevereiro
	SINDIEDUTEC	PR	SIM	26 de fevereiro
	SINDTAE-FS	SC	-	-
	SINDIPAMPA	RS	-	-

TOTAL – 54 INSTITUIÇÕES, REPRESENTADAS POR 37 ENTIDADES.

**EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DA VALORIZAÇÃO DOS TÉCNICO-
ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO: CONSOLIDAR CONQUISTAS E FORTALECER
A LUTA!**

Vivemos uma conjuntura internacional marcada pelo aprofundamento da crise estrutural do capitalismo e pela intensificação das disputas imperialistas em escala global. A desaceleração econômica, a concentração sem precedentes da riqueza, a crise climática e a crescente financeirização da economia convivem com o avanço da precarização do trabalho e com o ataque sistemático aos direitos sociais e trabalhistas.

Nesse contexto, observamos o recrudescimento das políticas imperialistas e militaristas, expresso na ampliação dos conflitos armados, na escalada bélica em diferentes regiões do mundo e na utilização de sanções econômicas, bloqueios e intervenções como instrumentos de disputa geopolítica. O genocídio do povo palestino na Faixa de Gaza, a

continuidade da guerra na Ucrânia, a militarização crescente de regiões estratégicas e a ofensiva das grandes corporações transnacionais sobre recursos naturais, territórios e bens comuns revelam a face mais brutal de um sistema incapaz de oferecer respostas democráticas e socialmente justas para a humanidade.

Ao mesmo tempo, a ascensão de forças de extrema direita em diversos países, impulsionada pela disseminação de discursos ultranacionalistas, racistas, misóginos e antissindicalistas, busca aprofundar a retirada de direitos e enfraquecer as organizações populares e da classe trabalhadora. Em contraposição, multiplicam-se as experiências de resistências, com mobilizações populares e lutas em defesa da soberania dos povos, da democracia e dos serviços públicos.

Vivenciamos, nesse momento, a realização de uma Copa do Mundo de futebol masculino na América do Norte que revela profundas contradições da geopolítica contemporânea. Apesar do discurso da FIFA sobre fraternidade entre os povos, a realização do torneio nos Estados Unidos expõe práticas de exclusão, controle e segregação. Casos como o impedimento da entrada do primeiro árbitro somali convocado para uma Copa, o interrogatório humilhante imposto a um jogador iraquiano e as restrições impostas à seleção do Irã evidenciam a atuação do racismo estrutural, da xenofobia e da instrumentalização política das fronteiras. Ao mesmo tempo, a população imigrante que sustenta parte significativa da economia norte-americana vive sob o medo da deportação e do endurecimento das políticas migratórias.

O espetáculo esportivo, portanto, deixa de ser um espaço de lazer popular e se transforma em uma máquina de propaganda e afirmação de forças conservadoras, restando o questionamento se a competição serve para integrar os povos ou para legitimar uma ideologia colonialista, excludente e segregadora de extrema-direita. Esse mesmo ímpeto de fragilização das estruturas públicas e de subversão dos interesses coletivos tem sua expressão no cenário nacional, em que forças políticas antinacionais buscam asfixiar a soberania do Estado e o orçamento da educação. Esses ataques não são isolados; eles operam em pinça. Enquanto o governo Trump tenta desmantelar o Pix — sistema estratégico de independência financeira desenvolvido por técnicos de carreira do Banco Central — por meio de propostas de sobretaxação de 25% para minar a capacidade de financiamento social do Estado, a extrema-direita parlamentar, capitaneada por figuras como o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), instrumentaliza a pauta da segurança pública. Ao tentar classificar facções criminosas nacionais como grupos terroristas estrangeiros, essa articulação gera riscos ao sistema bancário, pressiona o orçamento da União e ameaça diretamente o custeio das instituições federais de ensino, já duramente afetado com a política de ajuste fiscal imposta pela política econômica do governo federal via Arcabouço Fiscal.

No Brasil, ainda enfrentamos as consequências de um longo ciclo de austeridade fiscal, privatizações, desmonte das políticas públicas e desvalorização do funcionalismo, aprofundado após o golpe parlamentar de 2016 e consolidado durante o governo Bolsonaro. Mesmo com a derrota eleitoral da extrema direita em 2022 e a retomada de uma agenda de reconstrução institucional, persistem obstáculos estruturais que limitam os avanços necessários para a classe trabalhadora.

A manutenção de mecanismos de contenção dos investimentos públicos, as pressões permanentes do mercado financeiro sobre a política econômica, a força do conservadorismo no Congresso Nacional e a permanência de privilégios destinados ao

sistema financeiro impõem limites concretos à ampliação dos direitos sociais e à valorização dos serviços públicos.

Nesse cenário, a luta em defesa do Estado brasileiro como instrumento de promoção da justiça social e redução das desigualdades exige o fortalecimento das políticas públicas, a recomposição dos orçamentos sociais e a democratização da gestão pública com a valorização de servidores e servidoras, responsáveis pela garantia dos direitos da população.

É nesse contexto, em um quadro de forças profundamente desfavorável para o conjunto da classe trabalhadora, que se insere a greve nacional dos trabalhadores e das trabalhadoras técnico-administrativos em educação. Ao completar, no dia 19 de junho de 2026, 117 dias de mobilização, a categoria reafirma o papel estratégico dos TAE na defesa das Universidades e Institutos Federais de Ensino, da produção científica, da assistência estudantil e do direito à educação pública-estatal, gratuita, pública, laica, inclusiva e socialmente referenciada.

Mesmo diante de um cenário de isolamento político — sendo a única categoria nacional da educação em greve neste momento — e enfrentando uma correlação de forças desfavorável, a mobilização demonstrou, mais uma vez, que nenhum avanço é concedido espontaneamente. Cada conquista obtida é resultado direto da organização coletiva, da unidade e da disposição de luta da categoria.

A greve conquistou pontos da pauta de reivindicações. Destaca-se a abertura de um canal de negociação com o Ministério da Educação para tratar dos pontos do acordo de greve de 2024 ainda não cumpridos, estabelecendo a perspectiva de um cronograma permanente de debates. Entre os resultados alcançados, merece destaque a construção das condições para garantir a aceleração da progressão na carreira de aposentados e pensionistas com paridade e integralidade que ainda não se encontram no topo da carreira, corrigindo uma grave distorção produzida em 2025, quando esse direito foi assegurado apenas aos trabalhadores em exercício.

Também foi assumido o compromisso do MEC, ainda não assegurado, de orientar as Instituições Federais de Ensino sobre uma interpretação ampliada do conceito de “público externo”, criando as condições para que a ampla maioria da categoria possa acessar a jornada flexibilizada de 30 horas semanais, sem redução salarial. Outro elemento importante refere-se à revisão da regulamentação das escalas de trabalho 12x60, restando a inclusão de vigilantes e de todos os segmentos que atuam nesse regime, já em andamento, bem como a publicação da Portaria MEC nº 549 de 15 de junho de 2026, que institui o Grupo de Trabalho com o objetivo inicial de apresentar em até 90 dias, subsídios e propostas para o aprimoramento de mecanismos de participação e gestão democrática nas Instituições Federais de Ensino Superior, conforme consta no Acordo de Greve de 2024. Foi proposto também grupo de trabalho para fazer o levantamento do financeiro necessário para o reposicionamento e inclusão dos 215 trabalhadores que ainda não estão no PCCTAE.

Além disso, o governo sinalizou a iminente publicação do decreto de regulamentação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), uma reivindicação importante dos trabalhadores técnico-administrativos em educação e uma importante ferramenta de valorização profissional.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que a greve ingressa em uma nova etapa. O desgaste acumulado após mais de três meses de mobilização, a ausência de adesão de

importantes entidades filiadas à Federação, a manutenção do isolamento da categoria e o avanço de iniciativas de judicialização da greve, com ameaças de corte de ponto, imposição de reposição compulsória de horas não trabalhadas e aplicação de multas (mecanismos coercitivos típicos do Estado brasileiro de contrainsurgência, Ministério Público federal), exigem uma avaliação política responsável e comprometida com a preservação das forças do movimento.

Temos pautas ainda não atendidas, mas que não estão esquecidas, como o reconhecimento dos médicos e médicos veterinários como parte da categoria e de todo acordo assinado, entre outros pontos.

A greve que deve ultrapassar os 120 dias e se consolida como a maior greve da categoria, passa um recado importante para o governo: de que não aceitamos mais ser tratados com o descaso de sempre, que os negociadores devem tratar nossas pautas com seriedade e que acordo assinado tem que ser cumprido.

A tarefa colocada para este momento é a de consolidar as conquistas alcançadas e garantir a efetivação dos compromissos assumidos pelo governo via MEC e Casa Civil, como a regulamentação do RSC, e insistir na busca pela preservação da unidade política e a capacidade de luta de nossa categoria.

Estamos, portanto, em uma nova fase da greve: analisar o que já foi conquistado, as perspectivas de conquistas a curto e médio prazo de lutas para garantir os itens ainda não contemplados com o nosso movimento de greve. Aliado a essa análise, é importante ponderarmos qual o nível de força de nossa luta frente à retaliação imposta pelo poder judiciário do estado de Minas Gerais contra 4 entidades filiadas à FASUBRA (o que caracteriza uma ação política coordenada que extrapola o campo da greve, e se configura como ataque a uma categoria que faz a disputa de projeto de Estado) e pela ausência de perspectivas de novas entidades filiadas e entidades nacionais se somarem à greve de nossa Federação.

Desse modo, o Comando Nacional de Greve da FASUBRA orienta que os comandos locais de greve e assembleias realizem um debate amplo, democrático e responsável, analisando o fôlego da greve, mantenham atenção às movimentações políticas por parte da Casa Civil e do MEC e à avaliação do Comando Nacional de greve no decorrer das próximas semanas, pois, no momento oportuno, o comando indicará o caminho que preserve a unidade da categoria e sua capacidade de luta.

ACELERAÇÃO PARA APOSENTADOS

O Comando Nacional de Greve orienta as Entidades a realizarem um dia de mobilização em defesa da implementação da aceleração para os aposentados (as) e pensionistas com entrega de documento, tendo como base o ofício SEI N°62232/2026 MGI, para as Pró Reitorias e Reitorias.

Para a realização de ações virtuais pela comissão de comunicação do CNG, as Entidades deverão enviar vídeos e fotos da atividade realizada junto às Pró-Reitorias e Reitorias.

REUNIÃO DA MESA NACIONAL DE NEGOCIAÇÃO PERMANENTE

A FASUBRA/CNG reafirma a orientação de vigília durante a realização da Reunião da 15ª Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, que acontecerá no dia 25 de junho, às 14h30.

4º ENCONTRO DE MULHERES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE 24 A 26 DE JULHO - BUENOS AIRES, ARGENTINA

Vivemos tempos em que a defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras exige cada vez mais organização, unidade e mobilização. Por isso, a FASUBRA convida todas vocês a participarem da 4ª edição do Encontro de Mulheres da América Latina e do Caribe.

Este encontro representa muito mais do que um espaço de debates. É um momento de construção política entre mulheres que, em diferentes países, enfrentam desafios comuns: a desigualdade salarial, a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados, a violência de gênero, os ataques aos direitos sociais e as diversas formas de discriminação que ainda marcam nossas sociedades.

Como trabalhadoras da educação pública, sabemos que nenhuma conquista nos foi dada. Cada direito foi resultado da luta coletiva de mulheres que vieram antes de nós e que abriram caminhos para que hoje pudéssemos ocupar espaços de decisão e representação.

Participar deste encontro é fortalecer a solidariedade internacional entre as mulheres trabalhadoras, trocar experiências de resistência e construir estratégias para avançarmos na defesa da democracia, dos serviços públicos, da justiça social e da igualdade de gênero.

A FASUBRA tem uma trajetória histórica de compromisso com essas pautas, e a presença das suas trabalhadoras neste espaço é fundamental. Que possamos levar nossas vozes, nossas experiências e nossa disposição de luta para fortalecer a organização das mulheres em todo o continente.

Companheiras, nenhuma de nós luta sozinha. Quando uma mulher avança, avançamos todas. E quando as mulheres trabalhadoras se organizam, transformam a realidade. Esperamos todas vocês!

CALENDÁRIO	
JUNHO	
25	15ª Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente
30	2ª Reunião Ordinária da Mesa Setorial de Negociação Permanente no âmbito do MEC
JULHO	
24 a 26	4º Encontro de Mulheres da América Latina e Caribe